

A VALORIZAÇÃO DA CULTURA EM ESCOLAS DE REGIÕES PERIFÉRICAS

ESTER PIRES FERREIRA GONÇALVES¹
LETÍCIA CABETE CANELA²
NATASHA ANGÉLICA FRANCISCA DA SILVA³
VICTÓRIA VERSIANI SILVA⁴

RESUMO

Nota-se que as escolas periféricas, muitas vezes, não valorizam a cultura da comunidade periféricas, fator que pode tornar a aprendizagem desinteressante. A necessidade de reconhecer e abordar a falta de inclusão cultural nessas escolas é considerada de extrema importância, pois a educação desempenha um papel fundamental na emancipação dos indivíduos, capacitando-os para que ao invés de serem subjugados por ideais ou sistemas externos, as educações os libertem com a oportunidade de enxergar o mundo com maior criticidade e se tornarem cidadãos autônomos e conscientes.

Palavras-chave: Desigualdade educacional; Vulnerabilidade social; cultura periférica.

¹ Discente do Curso de Pedagogia da Universidade Santo Amaro – Unisa, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão, sob a orientação da professora Me. Ieda Maria da Silva Pinto Barbosa. E-mail: _____
_____ Data de entrega:

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da questão de intervenções concretas para garantir oportunidades equitativas para a população periférica, e, principalmente, para crianças em situações de vulnerabilidade educacional, com foco na lacuna das escolas em integrar a cultura periférica, na qual torna-se evidente o papel crucial do desenvolvimento social na formação educacional.

Um dos problemas comuns da ausência de medidas adequadas na educação é a falta de intervenções apropriadas para resolver essa falta de inclusão cultural. Este problema afeta principalmente os estudantes pertencentes a essas culturas, impactando profundamente em suas identidades, pois, quando sua cultura não é reconhecida ou valorizada na escola, eles podem se sentir desconectados de suas raízes culturais, o que prejudica sua autoestima e senso de pertencimento, ampliando as desigualdades sociais e educacionais.

O objetivo deste estudo é promover a conscientização e sensibilização sobre a questão crucial da falta de inclusão de culturas periféricas nas escolas da periferia, além de evidenciar os impactos negativos dessa exclusão nas vidas dos estudantes periféricos. Com vista à compreensão dos educadores e gestão de tais escolas, que o processo de ensino-aprendizagem, é crucial que os fatores sociais, políticos e econômicos que influenciam na formação dos alunos, sejam levados em consideração.

O conteúdo apresentado neste artigo, além de aumentar a conscientização sobre desigualdades educacionais e exclusão cultural na sociedade, poderá beneficiar as escolas, ao conscientizá-las sobre a importância da diversidade cultural, os educadores, para repensarem e adaptarem suas abordagens, a comunidade e os pais para entender a relevância da inclusão cultural. Também poderá influenciar na reforma de políticas educacionais visando à inclusão, e fornecimento de recursos educacionais para as escolas, como no orçamento e de materiais adequados, formações para os educadores, e etc.

Para fins desta análise os conceitos de desigualdade educacional, na qual refere-se às disparidades no acesso à educação, na qualidade da educação recebida e nos resultados educacionais entre diferentes grupos de pessoas, geralmente com base em fatores como origem socioeconômica, raça, gênero, local de residência e outras variáveis, foram fundamentados nas teorias de Givanilson

Soares da Silva (2018) no artigo “Periferia, Identidade E Educação. Um Estudo Sobre A Produção Cultural Periférica E Sua Inserção Na Educação Escolar”, e nos estudos de Dennis de Oliveira (2020), coordenador e autor do livro “Periferias Insurgentes – Ações Culturais de Jovens nas Periferias de São Paulo”, de 2020, no qual aborda a importância de novos movimentos sociais educacionais como forma de resistência a cultura periférica e sua valorização no âmbito escolar.

É importante destacar que as informações aqui disponibilizadas, foram obtidas por meio de pesquisa exploratória e qualitativa, analisando com base em estudos referente as dificuldades de aprendizagem de crianças das periferias e a falta de inclusão cultural dentro dos ambientes escolares, possibilitando uma vasta análise de hipóteses e identificação de padrões e relações que contribuem para o entendimento desses desafios pedagógicos; e de pesquisa bibliográfica, partindo de registros de estudos anteriores provenientes em artigos e livros. Esses registros foram devidamente utilizados e referenciados por outros pesquisadores, tornando-os fontes dos temas aqui discutidos.

2. O MULTICULTURALISMO NAS PERIFERIAS DO BRASIL

A periferia, muitas vezes caracterizada por desigualdades socioeconômicas e carências estruturais, cultiva o contexto do multiculturalismo em uma manifestação única de identidade e resistência, rica em diversidade de culturas, etnias e origens socioeconômicas, mas frequentemente moldada pela necessidade de superar adversidades. Sobre o multiculturalismo, Haonat e Costa (2020, p. 52) afirmam:

Na atual sociedade globalizada encontrarmos dificuldade em precisar uma definição que envolva toda a amplitude que o termo remonta, não podemos deixar de associá-lo à luta por reconhecimento das diferenças, afastando a ideia de superioridade de uma cultura em relação a outra, bem como evitando a supervalorização de uma em detrimento da outra. [...] O multiculturalismo surge principalmente com a preocupação de valorização das manifestações culturais próprias de cada grupo. Ele busca não somente o respeito, busca a tolerância, a essência do aceitar o outro e suas escolhas. Ele visa equilibrar a pressão entre a diferença e a igualdade, entre a minha cultura e a cultura do outro.

A valorização das manifestações culturais, devido a barreiras históricas e sociais, exige da educação estruturas consolidadas a fim de validar os movimentos pela vivência da comunidade, nas quais podem enfrentar dificuldades nesse sentido

devido à falta de recursos para uma qualidade de infância, pois, historicamente, crianças em situações desfavorecidas muitas vezes enfrentaram desafios em relação ao acesso à educação, arte e cultura.

Para discutir multiculturalmente a infância com base nas culturas e nas desigualdades, recorreremos a Arroyo (2012), que trata das contradições que afetam a realidade das crianças e de seus corpos, com destaque para os corpos marginalizados. O autor destaca que a ampliação do acesso acarretou para o contexto escolar novos corpos - chegam à escola corpos com outras marcas, corpos precarizados e agredidos pela desigualdade, corpos violentados. (GONÇALVES; CARVALHO, 2021, p. 246)

As políticas culturais desempenham um papel fundamental na inclusão social, pois proporcionam oportunidades para que as crianças nas áreas periféricas tenham acesso a expressões culturais enriquecedoras. No entanto, a distribuição equitativa de recursos culturais, especialmente entre áreas centrais e periféricas, continua sendo um desafio, e a desigualdade na infância persiste como uma importante preocupação. A falta de representação contribui para essa sensação de desconexão, já que grupos minoritários muitas vezes não tem voz nas estruturas de poder político.

Cultura também é radicalidade emancipadora, seja na defesa das formas de produção de vida africanas e indígenas profundamente inscritas em solo brasileiro, capazes de se contrapor a sociabilidade uniformizante do capital, seja como veiculadora de narrativas subalternas, porém portadoras do novo que virá. Sim, cultura é resistência. [...] é necessário pontuar que cada periferia produziu uma síntese própria, a partir dos elementos históricos e sociais que a constituiu e que, por sua vez e a cada minuto, produzem novas sínteses, em um processo de contínua transformação. (OLIVEIRA, 2020, p.11)

O poder da cultura como uma força radicalmente emancipadora e resistente, moldada pelas experiências históricas e sociais de cada lugar e pelo potencial de criação contínua, destaca sua capacidade de preservar as tradições ancestrais e, ao mesmo tempo, dá voz a narrativas reais, age na observação sobre a diversidade das periferias, cada uma com sua própria síntese cultural única, dinâmica e na constante evolução e transformação dessas comunidades.

3. INVISIBILIDADE DA EDUCAÇÃO NAS REGIÕES PERIFÉRICAS

A infância é uma construção histórico-social que permeou pelos cenários históricos, sociais, culturais e econômicos, nos quais influenciaram a perspectiva em relação a esse conceito. O conceito de infância passou por diversas modificações para chegar no significado que temos hoje (período do desenvolvimento do ser humano, que vai do nascimento ao início da adolescência), mas sempre foi moldado pela desigualdade social. Como resultado das disparidades socioeconômicas, as crianças de famílias pobres frequentemente enfrentaram, e ainda enfrentam, a negligência de seus direitos.

Durantes séculos a criança era percebida como um “adulto em miniatura”, tanto que, as roupas e os ambientes eram idênticos aos dos adultos. Assim, as crianças não eram devidamente reconhecidas, mas sim vistas apenas em uma fase muito breve e sem muito significado. Muitas tinham as mesmas responsabilidades que os adultos, como trabalhar. Consequentemente, a educação não era voltada para a criança e sim era vista como um meio de “doutriná-las” para que se assemelhassem aos adultos com quem conviviam. Durante essa época, o espaço do brincar não existia e nem algum tipo de educação formal como a que conhecemos hoje.

O conceito de infância resultante do método pedagógico tradicional traz a ideia de criança como um “adulto em miniatura”, “um pequeno adulto defeituoso”, que necessita ser moldado conforme as medidas do mundo adulto. É estabelecido um ideal futuro para a criança; assim, nega-se o estado presente, com toda a espontaneidade, a alegria e a naturalidade que caracterizam a própria condição de criança. (QUEIRÓZ, 2010, p.18).

Com o decorrer dos anos, os estudos e as contínuas transformações recorrentes na sociedade essa visão de infância foi sendo modificada. No entanto, as crianças pobres sempre acabaram sofrendo mais, principalmente pela falta de recursos, entre eles o financeiro, um ponto que as deixavam em uma situação mais vulnerável e precária. Para Mary Del Priore (2012), a história da infância no Brasil já está ganhando força na sociedade brasileira, o que é um sinal positivo de progresso, mas ainda revela reflexos da realidade vivida pelas crianças em seu cotidiano, além dos aspectos sombrios desse passado, que incluem tragédias como a venda de crianças escravas, a sobrevivência em instituições precárias, a violência sexual e a exploração de seu trabalho.

No Brasil, foi entre pais, mestres, senhores e patrões, que pequenos corpos dobraram se à violência, às humilhações, à força quanto foram amparados pela ternura os sentimentos familiares os mais afetuosos. Instituições como as escolas, a Igreja, os asilos e posteriores FEBENS e FUNABENS, a legislação ou o próprio sistema econômico fez com que milhares de crianças se transformassem, precocemente, em gente grande. [...] Não há, contudo, dúvida que foi, muitas vezes, o “não registrado” mal-estar das crianças frente aos adultos que obrigou os últimos, a repensar suas relações de responsabilidade para com a infância, dando origem a uma nova consciência frente aos pequenos, que se não é, hoje, generalizada, já mobiliza grandes parcelas da população brasileira. (DEL PRIORE, 2012, p. 248-249).

Percebe-se que para as crianças terem seus direitos reconhecidos precisou se passar vários anos e de vários estudos que falassem a respeito dessa fase do desenvolvimento. Nota-se também, que sempre houve uma classe com mais privilégios, conseqüentemente outra com menos, desse modo, havendo uma discrepância social que interfere na educação. “Para tanto, a infância da criança pobre, em situação de extrema miséria e marcada drástica pela privação do “ter” acesso e do “ser” criança desde muito cedo, e orientada para o trabalho e o ensino.” (FACHIN et. al 2022, p.11). Neste ponto, começa a se pensar que tipo de educação vem sendo ofertada, ela respeita e leva em consideração todos os segmentos da sociedade e suas características particulares.

Tendo em vista, as regiões periféricas que são caracterizadas por serem próximos dos centros urbanos, no entanto, enfrentam situações de infraestrutura e socioeconômica mais precárias, tornando-as mais vulneráveis. Os moradores dessas regiões geralmente possuem baixa renda e por isso enfrentam situações que dificultam o acesso a serviços básicos essenciais, como saúde, educação e transporte. Entretanto, são regiões que carregam de seus antepassados uma vasta cultura, sendo que é importante as instituições escolares também valorizarem e trabalharem esses pontos. Para assim, não ficarem na invisibilidade como em situações históricas passadas já ocorreram ou até mesmo sem poder expressar o que pensavam de fato por medo de serem oprimidos.

O mesmo século XIX da vinda da família Real para o Brasil, da independência do país, é também o século da abolição da escravatura, fato que fortalece ainda mais a desigualdade social. Pouco restava aos escravos libertos, formalmente eles estavam livres, mas não conseguiam se desenlaçar das condições subumanas às quais estavam submetidos. Dessa forma, negros escravos formam o que Souza (2003) denomina de “ralé social”, uma categoria de sujeitos considerados dispensáveis pela sociedade. (CARNEIRO, 2009, p. 6 e 7).

Dessa maneira, pode-se entender que a dominação das pessoas negras/pretas ou pardas ainda se mantém à margem da sociedade, ou seja o status que continuam mantendo um sistema insustentável e desumano para pessoas com peles de cores diferentes ou que apresentam uma renda econômica baixa ou até mesmo inexistente. Uma vez que, existe todo um contexto de invisibilidade para esse grupo social, que vem de séculos passados. Dessa forma, cabe a educação proporcionar mais oportunidade e igualdade, para diminuir essas diferenças, que frequentemente está presente em nossa sociedade de uma forma estrutural, mas muitas vezes acontece por meio de situações que passam despercebidas. Desse modo, a conscientização de seus direitos através da educação formal, que é direito de todos Art. 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998, Art. 205).

Portanto, a educação escolar tem que ofertar um ensino de qualidade para todos e em áreas mais vulneráveis é necessário trabalhar com equidade de condições, por ter um contexto histórico que já prejudicou muitas pessoas em situações de desamparo, agora é importante que a educação chegue de forma assertiva e contribua para uma melhoria nesse cenário.

A contribuição da educação escolar transcende o viés funcionalista. Se ela tem alguma "serventia", esta não é, simplesmente, servir. O trabalho formativo pode superar o caráter de utilidade ou de instrumentalidade que costuma ser a expectativa depositada sobre a instituição escolar. É mais que um "trabalho trampolim", concebido como meio para uma finalidade "superior"; constitui-se, diferentemente, no próprio espaço e tempo disponível às pessoas (em especial, crianças e adolescentes) em vista do conhecimento, da compreensão da condição humana e da preservação e renovação do mundo humano comum. (DRESCH, 2018, p.12)

A educação é uma ferramenta de emancipação, na medida que ela torna o sujeito protagonista da sua própria história, com seu próprio ponto de vista, percepção e opinião. Não tornando-os escravos de outros senhores ou ideais, mas sim, os libertando-os, até mesmo, de suas limitações. Sendo assim, proporcionando um novo olhar ao mundo, com uma criticidade maior, para assim, formar cidadãos

autônomos e com mais consciência. Assim como, através da mudança individual dos sujeitos, para conseqüentemente ter uma mudança na sociedade.

4. O IMPACTO DO CONTEXTO SOCIAL NAS CRIANÇAS DE REGIÕES PERIFÉRICAS

O contexto social tem muita influência no indivíduo, pois é a partir dele que são moldados comportamentos, atitudes, se constrói pensamentos e cria uma visão de mundo. É através do meio social, que começa o desenvolvimento por meio dos estímulos, aprendendo as primeiras lições e a forma de enxergar a vida, o primeiro contato com outras pessoas, tudo isso é possível por conta do meio, ou seja, das pessoas que estão ao redor e do lugar que se mora. Conseqüentemente o contexto que se está inserido, pode-se haver mais oportunidade, acessibilidade ou a falta dela.

Dessa maneira, pode-se dizer que a família possui importante papel social por ser a instituição formadora da identidade do indivíduo, além de exercer papel primordial no desenvolvimento escolar das crianças e dos adolescentes devido ao fato do ambiente familiar afetar diretamente no processo de aprendizagem e no comportamento dos estudantes. (BARROS; ROCHA, 2022, p. 01)

Assim, pode-se concluir que o contexto social tem bastante influência nas experiências vivenciadas pelos sujeitos, a mesma pode trazer um maior benefício ou a falta dele, dessa forma, prejudicando os que tem menos, no caso, a classe menos favorecidas. “Já se sabe que os segmentos socioeconômicos desfavoráveis estão ainda mais limitados dos benefícios urbanos, não tendo acesso à diversidade que a cidade propicia aos grupos com melhor poder aquisitivo” (KUHNEN; SILVEIRA, 2008, p.04). Sendo assim, a cultura está relacionada aos costumes, valores e crenças de um grupo social, ela é natural do ser humano e está presente em uma sociedade. Mas, nem todos os grupos sociais tem acesso há diferentes manifestações culturais e nem todos os tipos de manifestação cultural tem o mesmo valor visto na sociedade.

Entretanto, o Estado não garante esses direitos em sua plenitude, sendo os sujeitos periféricos silenciados, invisibilidades e seus valores culturais reduzidos a uma hierarquização, que determina os produtos culturais produzidos entre elite e periferia. Tal situação fomenta o questionamento de como as trajetórias das políticas culturais no país têm levado à democratização da cultura e à sua interrelação ao perpetuar a desigualdade no país. (CARMO et. al, 2023, p. 04)

Uma das formas existentes para diminuir a discrepância cultural entre contextos sociais diferentes e já vem sendo abordado nos documentos oficiais, como na Constituição Federal de 1998 que traz em seu artigo 215 a seguinte afirmação,

“Seção II DA CULTURA. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Inciso 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” (BRASIL, 1998, Art. 205).

Portanto, o acesso a diferentes manifestações culturais já é um direito de cada indivíduo. Partindo do ponto que todas as pessoas são produtores e consumidores de cultura, é imprescindível não falar dessa vasta variedade cultural existente em nosso país. Com o princípio de respeitá-las e valorizá-las.

O Brasil se constitui historicamente como uma sociedade multiétnica tomando-se por base uma imensa diversidade de culturas. Reconhecer nossa diversidade étnica implica ter clareza de que os fatores constitutivos de nossas identidades sociais não se caracterizam por uma estabilidade e fixidez naturais. (FLEURI, 2003, p. 08)

Sendo, o Brasil um país com uma sociedade multiétnica, ou seja, com uma grande diversidade cultural, racial e étnica e que possuem uma grande variedade, cabe a escola como instituição trabalhar esta pluralidade, com a intencionalidade de valorizar e reconhecer de fato essas diferenças e apresentar possibilidades de fala, incluindo todos. Além disso, é necessário que a cidade e até mesmo sua organização estrutural, seja pensada de uma forma estratégica, para proporcionar acessibilidade e ambientes com condições estáveis e básica de vida para todos os cidadãos, visando também o lazer. Assim, é desproporcional ter bairros com condições privilegiadas e outros precárias, refletindo dessa forma a desigualdade social existente no país.

A renovação do ambiente urbano deve ser visada para que possa atender os preceitos do desenvolvimento humano saudável. Um desses cuidados é pensar que a cidade deve atender às necessidades das crianças e jovens, ampliando relações sociais, lógicas de contratualidade, identificação e pertencimento social. (KUHNNEN; SILVEIRA, 2008, p.17).

Da mesma forma, que o contexto social das crianças que moram em regiões

periféricas impacta nas experiências de vida, isso acaba respingando na educação. Tal qual, a escola é um lugar que desempenha um papel fundamental, sendo um espaço de construção do conhecimento intelectual, emocional e social. Trazendo para os estudantes outros olhares, assim, ampliando seus horizontes e saberes. Proporcionando novas experiências e por meio da educação transformando vidas, na medida em que ela traz e a construção crítica, permitindo que eles questionem analisem e transformem ao seu redor, ofertando novas experiências e potencializando novas realidades. Para assim, ajudar a formar uma sociedade mais respeitosa e justa em relação as oportunidades.

Outra vez a educação é classificada como “método de ação transformadora”, mas num nível profético, sendo isso próprio de sua natureza. A educação estaria a serviço da “permanente libertação” dos humanos, como “práxis política”. Essa libertação se daria na “radical modificação das estruturas”. Nesse processo de transformação estrutural é que as consciências seriam modificadas e libertas, ou seja, seria o processo modificador que transformaria as consciências e não a transformação das consciências que produziriam o processo de transformação. (COSTA, 2015, p.11).

Por tanto, o contexto social do sujeito deve ser apenas o ponto de partida dele e não também o ponto de chegada e é neste momento que acontece a mediação da educação. Embora, quando se nasce em um contexto conturbado, com dificuldades em todas as áreas e falta de afetividade, prejudicando o emocional e o psicológico deste sujeito. É através da educação que se apresenta novas possibilidades por meio do conhecimento que pode modificar a vida deste sujeito mediante a transformação do pensamento, libertando dessas condições e apresentando novas visões de mundo. Oportunizando uma nova forma de enxergar a realidade que vai além daquela vivenciada e conhecida por ele.

Qualquer pessoa que cresce e se desenvolve em um determinado ambiente, em uma família específica, que vive em uma determinada cidade, se relaciona com os amigos e com os demais está inserida num contexto social, pois interage de maneira imediata com o outro. Embora não haja influência de causa e efeito, o certo é que nenhum ser humano pode ficar alheio às circunstâncias porque todas as experiências são influenciadas desde o berço. Isto é, não é o mesmo crescer em uma família desestruturada do que em um lar feliz onde os pais protegem seus filhos. Da mesma forma, as condições econômicas de uma família também influenciam o bem-estar, pois para haver um desenvolvimento pleno, as necessidades básicas têm que ser atendidas. (EDITORA CONCEITOS, 2014, p. 01).

Desse modo, cabe a instituição escolar fornecer outros caminhos que vai

além daquele conhecido pelo indivíduo, isto é mostrar novas alternativas com perspectivas diferentes e que vai além do conhecimento prévio dos estudantes, que só é possível por meio de uma educação significativa que valoriza e respeita o outro e busca explorar as potencialidades de cada um, com a intenção de sempre aperfeiçoar e ampliar visões, construindo assim, uma forma de enxergar o mundo de uma maneira crítica. Como diz na música *Magico de Oz*, dos Racionais (1997), “Dizem que quem quer segue o caminho certo. Ele se espelha em quem tá mais perto.” Ou seja, é importante as escolas apresentarem diferentes narrativas, ponto de vista, manifestações culturais, trabalhar de fato a diversidade existente no nosso país, para não negligenciar as crianças, principalmente aquelas oriundas de regiões periféricas, que na maioria das vezes já sofrem com o impacto da desigualdade social. Sendo fundamental a escola trabalhar com a equidade, para todos terem acesso as mesmas oportunidades e construir uma sociedade mais justa.

5. INCLUSÃO DA CULTURA PERIFÉRICA: VALORIZANDO IDENTIDADES LOCAIS NAS ESCOLAS

Ao explorarmos e abordarmos as expressões culturais que surgem nas áreas periféricas, precede-se uma dinâmica de valorização dos seus elementos constituintes. Para isso, é preciso valorizar os componentes fundamentais da cultura periférica para uma análise completa e respeitosa dessa cultura, ou seja, é necessário reconhecermos quais são os elementos que fazem parte dessas manifestações culturais.

Nas áreas mais periféricas da cidade de São Paulo, nem sempre a cultura, a educação e as políticas públicas chegam naqueles que mais precisam. Atualmente, muitas pessoas possuem uma visão extremamente mistificada em relação à periferia, que junto a uma iniciativa cultural concentrada nos centros urbanos priva a população periférica do acesso a oficinas e projetos culturais. Isso faz com que o terceiro setor tenha que tomar as "rédeas" daquilo que as organizações governamentais deveriam fazer em primeiro lugar. (SANTANA; ALVES, 2022, p. 1)

Considerando que as vivências sociais e culturais ocorrem desde a primeira infância e que as vivências escolares ocorrem desde o primeiro ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio, destaca-se o desempenho da escola com um papel vital ao fornecer educação básica e criar uma estrutura para o desenvolvimento acadêmico e pessoal. O papel da escola nesse contexto, é explorar e se conectar com a cultura dos estudantes em uma promoção de uma educação

mais completa e inclusiva. Isso implica em desenvolver um ambiente para que os alunos se expressem de maneira acolhedora que se sintam seguros, livre de julgamentos e preconceitos.

Ao reconhecer e integrar a cultura e a diversidade presentes na vida dos alunos, a escola não apenas se torna mais inclusiva, mas também promove um ambiente que respeita e celebra as origens e experiências individuais dos estudantes. Isso contribui para uma educação mais enriquecedora, onde os alunos se sentem valorizados e podem aprender com base em suas próprias identidades culturais, melhorando significativamente seu envolvimento e desempenho na escola.

A pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia – participação, esferas e políticas públicas” (IBASE/POLIS, 2005) revelou a percepção de jovens que dizem que a escola não abre espaços nem estimula a criação de hábitos e valores básicos da participação na mesma. Sobre isso, Paulo Carrano (2007, p. 6) comenta:

Os jovens enfrentam a realidade de instituições públicas que se orientam predominantemente para a oferta de conteúdos curriculares formais e considerados pouco interessantes pelos jovens. Isso implica em dizer que as escolas têm se apresentado como instituições pouco abertas para a criação de espaços e situações que favoreçam experiências de sociabilidade, solidariedade, debates públicos e atividades culturais e formativas de natureza escolar ou extra-escolar.

As periferias possuem um rico potencial cultural no qual desempenha um papel fundamental em despertar a sensibilidade e o potencial criativo dos indivíduos, onde está fortemente ligado a arte, na qual permite vislumbrar possibilidades, incentiva a imaginação e promove descobertas pessoais. Iniciativas de apoio à arte e à cultura nas escolas são a abertura para impulsionar a criatividade e o talento, através de diferentes formas de expressões artísticas, como dança, teatro e até mesmo nas brincadeiras.

As manifestações artísticas não apenas enriquecem a cultura local, mas também oferecem oportunidades para que crianças e jovens das comunidades periféricas desenvolvam suas habilidades e se destaquem no cenário artístico.

Para Raphaela Blotz (2022), socioeducadora da “Passos da Criança” (ong que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade escolar, na Vila Torres, em Curitiba, com o objetivo de proporcionar desenvolvimento integral e transformação social), não há como pensar em um processo educativo independente da cultura e da arte. Neste sentido, ela afirma que:

A arte é uma ferramenta mágica na educação, porque permite o desenvolvimento da criatividade, concentração e sensibilidade de maneira livre e lúdica, além de estimular a curiosidade, experimentação e as descobertas sobre si e sobre o outro. No processo de educação, aprendizagem e desenvolvimento de uma criança, é muito importante que a arte e educação estejam englobadas, pois são elementos que despertam em uma pessoa a construção de uma identidade própria, aliada a crenças e sentimentos comuns com a sociedade. (BLOTZ, 2022, p. 2)

Ao incorporar a cultura na educação, as escolas capacitam as crianças a explorar sua criatividade, construir uma identidade pessoal mais sólida e também a desenvolver empatia e compreensão em relação aos outros. Isso é essencial para ajudar as crianças a se tornarem cidadãos conscientes e integradas em uma sociedade diversificada.

6. ALÉM DO ENSINO: DESENVOLVENDO HABILIDADES SOCIAIS E CULTURAIS NAS ESCOLAS PERIFÉRICAS

Promover uma educação culturalmente e socialmente inclusiva é um processo contínuo que requer responsabilidade, comprometimento e adaptação constante. Podemos observar que o Brasil é um dos países de maior abrangência multicultural, da mesma forma que a cultura do norte tem diferenças com a do sul, e até a de um bairro pode ser diferente do outro, com as periferias não é diferente, cada periferia tem suas particularidades referentes ao que se tem como cultura.

A política educacional brasileira tem um importante desafio no processo de incentivar a construção de um currículo orgânico e progressivo de aprendizagens que ultrapasse a simples normatização e alcance os contextos regionais, principalmente no que diz respeito às culturas infantis e periféricas. Como afirma Sodré (2012), é necessário valorizar as diversas narrativas e territorialidades na construção de currículos que ampliem e questionem as explicações moculturais do mundo. Nesse sentido, a cultura, a arte e a educação podem desencadear novos e inventivos processos educativos. (SILVA, 2023, p. 13)

Desenvolver habilidades sociais e culturais periféricas na educação é fundamental para que o processo educativo seja rico de inclusão, equidade e respeito. Para isso é necessário que se conheça os fatores sociais e culturais pertencentes a determinada cultura periférica e os leve para as aulas, para os projetos e para a escola, respeitando e guiando a educação nessas localidades com a presença essencial da sua cultura local.

As habilidades sociais formam um conjunto de comportamentos que nos preparam para a interação com as pessoas. No cotidiano, as pessoas se deparam com as diferenças interindividuais as quais geram situações relacionadas ao manejo de habilidades sociais (HS). Para o autor Gresham (2009), entre outros teóricos pertinentes, as HS são compreendidas como um conjunto de comportamentos sociais com características específicas. Para ter uma vida social mais ativa, é preciso encontrar atitudes e comportamentos mais adequados para o convívio em sociedade. Isto é, desenvolver habilidades sociais que permitam expressar pensamentos, sentimentos e agir de maneira coerente, assertiva e empática, respeitando as pessoas e lidando de forma mais eficaz com as diferenças de pensamento e comportamento. (MARTINS, 2023, p. 2)

A escola é um local repleto de oportunidades para que sejam feitas intervenções referentes às habilidades sociais, pois as crianças passam um bom tempo em convívio com aqueles da comunidade escolar que ficam presentes no local, criando relações afetivas e demonstrando sentimentos. A escola deve desenvolver essa competência que se baseia em expressar adequadamente seus desejos, opiniões e sentimentos de acordo com o ambiente em que está inserida para que o indivíduo possa se relacionar com outros indivíduos e agir conforme as normas e comportamentos da sociedade e para que reconheça e entenda o meio no qual está inserida.

Del Prette e Del Prette (1999) definem habilidades sociais como respostas comportamentais que devem ser aprendidas pelo indivíduo, possibilitando o agir de maneira adequada diante de diferentes situações. Dessa forma, as crianças devem ser guiadas ao pensar crítico referente à realidade local, ao que elas veem socialmente, aos reais valores educativos e ao desenvolvimento de sua formação moral.

A cultura periférica está presente de forma viva na escola pública brasileira, expressando-se no modo como os alunos se vestem, na forma como se relacionam entre si, nas atitudes relativas ao próprio espaço educacional (DAYRELL, 2005). Assim, faz-se necessário reconhecer quais características de determinada cultura podem ser levados para dentro da escola de maneira positiva e colaborativa para a melhoria da educação brasileira.

Promover a consciëntização cultural dos estudantes para que entendam a presença destas e valorizem as diversas culturas presentes na comunidade valorizando tradições, línguas e costumes, promover conversas, discussões e debates que envolvam diferentes perspectivas culturais, ensinar a importância da

empatia e dos respeito as diferenças , criando um ambiente de apoio e aceitação, nas aulas promover o acesso a leituras que falem da realidade local ou que sejam escritas por alguém que cresceu nessa realidade, levar situações problemas com situações vistas por eles e estudos do meio realizados em espaços da comunidade, abordar questões sociais e econômicas para que os alunos compreendam a realidade das comunidades periféricas são formas de desenvolver essas habilidades culturais e sociais nos espaços da periferia.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento da diversidade cultural e a promoção de práticas que valorizem as culturas locais são passos cruciais na busca por uma educação de maior equidade. O Brasil, sendo uma nação multiétnica e culturalmente diversa, requer que as escolas desempenhem um papel proativo na valorização e no reconhecimento efetivo dessas diferenças, oferecendo a todos igualdade de oportunidades e inclusão.

Considerando os resultados das pesquisas obtidos neste artigo, fica evidente que a falta de inclusão das culturas periféricas no ambiente escolar contribui para um quadro de exclusão e marginalização dos estudantes pertencentes a essas comunidades. A ausência de representatividade cultural e a não consideração dos contextos sociais, políticos e econômicos na formação educacional limitam não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o crescimento pessoal e a identidade dos alunos.

A escola que valoriza a cultura de seus estudantes, valoriza também a identidade deles, fazendo com que eles se conheçam e entendam melhor, cria uma conexão social, que proporciona um senso de pertencimento nas crianças para com a sua comunidade e sua escola, promove a compreensão global, uma vez que ao conhecer e respeitarmos diversas culturas, reduzimos estereótipos e preconceitos, entre muitos outros benefícios.

Portanto, urge ações concretas no âmbito educacional para garantir a equidade e a valorização das culturas periféricas, integrando-as de maneira significativa no currículo para poderemos construir uma educação mais justa e inclusiva, proporcionando oportunidades igualitárias de aprendizado e crescimento para todos os estudantes, independentemente de suas origens culturais ou socioeconômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO INICIATIVA CULTURAL. PASSOS DA CRIANÇA. COMO A CULTURA E A ARTE INFLUENCIAM NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS. São Paulo: ASSOCIAÇÃO INICIATIVA CULTURAL, 2022. Disponível em: <https://passosdacrianca.org.br/oficinas-culturais/como-a-cultura-e-a-arte-influenciam-no-desenvolvimento-das-criancas/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BARROS, Dulce Jane Lopes; ROCHA, RicaelSpirandeli. **Influência do contexto familiar na vida escolar de alunos adolescentes do Ensino Fundamental**. Revista educação pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 9, 15 de março de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/9/influencia-do-contexto-familiar-na-vida-escolar-de-alunos-adolescentes-do-ensino-fundamental>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

CARMO, Adriana Almeida do; FERREIRA, Cláudia Aparecida Avelar; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. **Democracia, cultura e periferia: debate sobre políticas culturais** – Revista Interdiscip. Cul. Campinas, v. 31, 2023.

CARNEIRO, Ava da Silva Carvalho. **A desigualdade e a invisibilidade social na formação da sociedade brasileira**. UFBa Salvador- Bahia, 2009.

COSTA, José Junior Souza da. **A EDUCAÇÃO SEGUNDO PAULO FREIRE: UMA PRIMEIRA ANÁLISE FILOSÓFICA**. Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia Faculdade Católica de Pouso Alegre, Pouso Alegre (MG), 2015.

DAYRELL, Juarez. A Música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude. Minas Gerais: Editora UFMG, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **A criança negra no Brasil**. In: Diálogos em Psicologia Social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira & DEL PRETTE, Almir. **Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DENNIS DE OLIVEIRA. Central Periférica. PROJETOS CULTURAIS VOLTADOS PARA PERIFERIA: AAMAE, transformando vidas e desenvolvendo autonomia. São Paulo: Central Periférica, 2022. Disponível em: <https://www.centralperiferica.org/post/projetos-culturais-voltados-para-periferia-aamae-transformando-vidas-e-desenvolvendo-autonomia>. Acesso em: 22 nov. 2023.

DENNIS DE OLIVEIRA. **Periferias Insurgentes: Ações Culturais de Jovens na Periferia de São Paulo**. 1 ed. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da

Universidade de São Paulo, v. 1, 2020.

DRESCH, Óberson Isac. **“Para que serve servir?”: A educação escolar á luz do pensamento de Hannah Arendt.** Ijuí, 2018.

EDITORA CONCEITOS. **CONCEITOS.COM.** Conceito de Contexto Social. São Paulo: EDITORA CONCEITOS, 2014. Disponível em: <https://conceitos.com/contexto-social/#:~:text=Qualquer%20pessoa%20que%20cresce%20e,maneira%20imediate%20com%20o%20outro>. Acesso em: 22 nov. 2023.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e educação.** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Santa Catarina, 2003.

GONÇALVES, Adriana do Carmo Corrêa; CARVALHO, Erika Loureiro de. **CORPO, CONTROLE E MULTICULTURALISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** **Revista do Programa de Pós Graduação em Educação - UNISUL,** Tubarão/SC, ano 2021.

GRESHAM, F. M. Análise do comportamento aplicada às habilidades sociais. In: DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. (Orgs.). **Psicologia das habilidades sociais: diversidade teórica e suas implicações.** Petrópolis: Vozes, 2009. Cap. 1, p. 17-66.

HAONAT, Angela Issa; COSTA, Edilia Ayres Neta. **O MULTICULTURALISMO E UM NOVO OLHAR SOBRE O OUTRO: A IMPORTÂNCIA DE SE EDUCAR PARA A DIVERSIDADE.** **Revista Humanidades e Inovação,** Tocantins, ed. 7 n.3 – 2020.

KUHNEN, Ariane; SILVEIRA, Scheila Machado da. **Como crianças percebem, idealizam e realizam o lugar onde moram,** [online] 2008 set. **Psicol. USP** v.19 n.3 São Paulo, Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772008000300003

MARTINS, Lara Dos Reis. Habilidades Sociais e Problemas de Comportamentos em Adolescentes na perspectiva dos pais. **repositorio.animaeducacao.com.br**, 2023. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/36088>. Acesso em: 26 nov. 2023.

QUEIRÓZ, Fernanda Pinheiro. **O conceito de infância e o papel do educador em Rousseau**. Universidade de Passo Fundo, 2010.

SILVA, Elisângela Araújo Siqueira Da . O Jardim Ângela e as Infâncias: Reinventando Currículos a partir das Culturas Periféricas. **USP Digital Library**, 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8161/tde-24022023-115938/publico/2023_ElisangelaAraujoSiqueiraDaSilva_VCorr.pdf. Acesso em: 26 nov. 2023.

SILVA, Givanilson Soares da. PERIFERIA, IDENTIDADE E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO CULTURAL PERIFÉRICA E SUA INSERÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR. V **CONEDU - Congresso Nacional de Educação**, Pernambuco, 2018.

SODRÉ Muniz. **Reinventando a Educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis — RJ: Vozes, 2012.